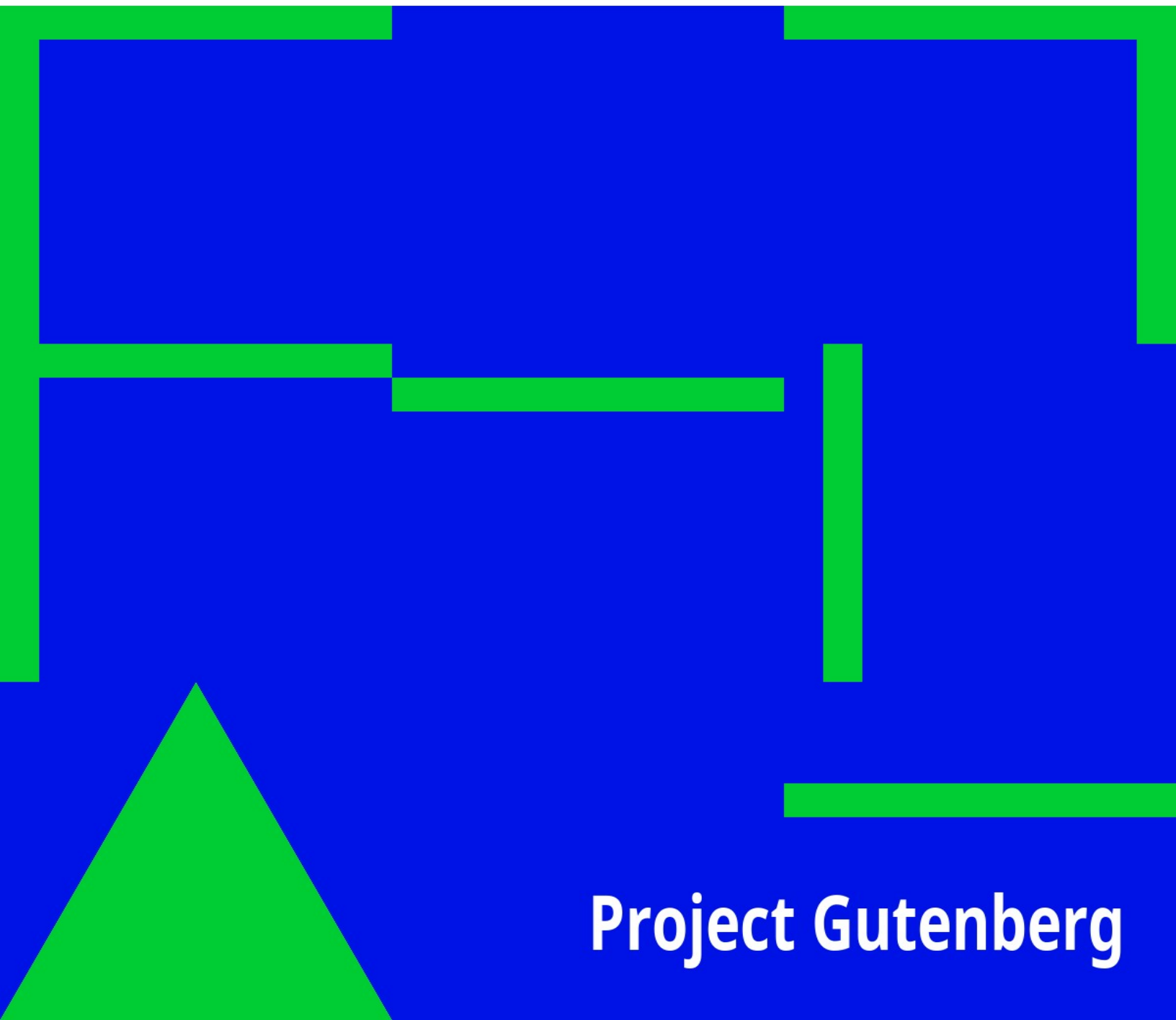


O poeta Chiado

Alberto Pimentel

The background of the lower half of the image is a solid blue rectangle. Overlaid on this blue area are several bright green geometric shapes. These include a large right-angled triangle in the bottom-left corner, a horizontal bar near the top, a vertical bar on the right side, and several other horizontal and vertical bars of varying lengths scattered across the middle and bottom sections.

Project Gutenberg

The Project Gutenberg eBook of O poeta Chiado

This ebook is for the use of anyone anywhere in the United States and most other parts of the world at no cost and with almost no restrictions whatsoever. You may copy it, give it away or re-use it under the terms of the Project Gutenberg License included with this ebook or online at www.gutenberg.org. If you are not located in the United States, you will have to check the laws of the country where you are located before using this eBook.

Title: O poeta Chiado

Author: Alberto Pimentel

Release date: September 4, 2007 [eBook #22509]

Most recently updated: January 2, 2021

Language: Portuguese

Original publication: Lisboa: Empreza da Historia de Portugal. Sociedade editora Livraria Moderna R. Augusta, 95 Typographia 35, R. Ivens, 37, 1903

Credits: Produced by Pedro Saborano. (produced from scanned images of public domain material from Google Book Search)

*** START OF THE PROJECT GUTENBERG EBOOK O POETA CHIADO ***

O POETA CHIADO

ALBERTO PIMENTEL

O POETA CHIADO

(Novas investigações sobre a sua vida e escriptos)

Reverendo frei Chiado
de Virtude grande imigo,
sente tua alma contigo
e verás se estas desculpado
d'isto que agora te digo.

AFFONSO ALVARES.

Decoração de capítulo

LISBOA
Empreza da Historia de Portugal.
Sociedade editora
LIVRARIA MODERNA
R. Augusta, 95
TYPOGRAPHIA

35, R. Ivens, 37
1903

Decoração de capítulo

I

As relações de amizade entre os vivos e os mortos são menos quebradiças e ephémeras do que as dos vivos uns com outros.

E a razão é facil de explicar: quem vai, não volta.

Os mortos não falam, não intrigam, não atraçãoam, não desmerecem, por isso, da estima e consideração em que uma vez os tomamos.

Afeiçôa-se a gente a um escriptor, a um *maestro*, a um pintor ou a um estatuário, que morreu ha muitos annos ou ha longos seculos, e não deixamos apagar nunca a lampada do seu culto: colleccionamos-lhe as obras sem olhar a dinheiro, por mais raras que sejam; conservamol-as em grande veneração como thesouros que um avarento aferrolha a sete chaves; e estamos sempre promptos a combater de ponto em branco pela gloria e belleza de suas producções, quando apparece algum zoilo a menosprezal-as com azedume.

E se nas relações com os vivos fazemos selecção do character d'elles para estabelecer convivencia e amizade, pouco nos importa a condição e procedimento dos mortos quando os estimamos em suas creações artisticas ou literarias com intransigente fanatismo.

O meu fallecido amigo visconde de Alemquer, que era um *gentleman* distinctissimo, primoroso em maneiras e acções, além de ser um biblióphilo digno de apreço e consulta, tomou tanto gosto pelas obras do padre José Agostinho de Macedo, que passou a maior parte da existencia a colleccional-as por bom preço e a muito custo.

Comtudo, havia tanta disparidade entre o character de um e do outro, porque o auctor dos *Burros* foi o mais atrabiliario, inconstante e perigoso homem de letras de todo o nosso Portugal, que o visconde de Alemquer, se houvesse sido contemporaneo do padre José Agostinho, nunca teria podido ser seu amigo, nem seu defensor, nem jámais o querería vêr em intimidade de portas a dentro.

Pela minha parte, tambem sou obrigado a confessar um similhante fraco, não pelo mesmo padre, mas por outro que, sob o ponto de vista da disciplina monastica e da dignidade sacerdotal, não valia mais. Refiro-me ao franciscano Antonio Ribeiro o Chiado, que tambem despiu o habito e foi tunante irrequieto, sendo egualmente homem de letras.

Até 1889, anno em que logrei dar a lume as suas obras, quasi perdidas, e geralmente desconhecidas^[1], custou-me o Chiado bom trabalho e canceiras para resuscital-o aos olhos do grande publico em toda a sua individualidade literaria.

[1] *Obras do poeta Chiado*, colligidas, annotadas e prefaciadas por Alberto Pimentel. Na officina typographica da Empreza Literaria de Lisboa, calçada de S. Francisco, 1 a 7.

D'então para cá não deixei de pensar n'elle a investigar-lhe a biographia, que é das mais obscuras e complicadas, e a procurar aquellas de suas obras que até 1889 não consegui haver á mão por mais que as desejasse e buscasse.

Alguma coisa achei n'este lapso de onze annos. Não é tudo ainda. Mas não perdi o tempo, nem parei, porque me repugna a inercia, e porque, verdade-verdade, tomei gosto ao Chiado, que não foi um vulto preeminente nas letras, mas que tem relevo como bohemio e dizedor, como trovista alegre e zombeteiro, farçante popularissimo, que a praça publica applaudia e que os escriptores mais notaveis não desconsideravam.

Outros meus contemporaneos teem consagrado todo o seu tempo ao Chiado rua, e talvez esses se riam de mim, que prezo mais o literato do que o *Regent Street* alfacinha.

Todavia, cumpre advertil-os de que a rua lembra o escriptor, e de que foi elle, como julgo poder demonstrar agora, que deu nome á rua.

Eu já em 1889 pendia para esta opinião, comquanto, n'essa epocha, só houvesse encontrado vestigios de que a rua tinha aquella denominação no seculo XVIII.

Depois d'isso, alguém lembrou que já era assim chamada na primeira metade do seculo XVII (1634) como se reconheceu por um documento digno de fé^[2].

^[2] *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, tomo IV, pag. 41.
Ahi se vê que o conde de Atouguia morava «ao Chiado».

E eu proprio li, posteriormente, uma referencia mais antiga, porque é relativa á primeira década do mesmo seculo XVII: «Outras casas do bairro do Marquez ficavam situadas *ao Chiado*, quando se entra na rua Direita da Porta de Santa Catharina (1610)^[3]»

^[3] Archivo Nacional. *Chancellaria de D. Filippe II*. livro XIX, fol. 269.

Mas hoje cuido trazer prova convincente de que foi o poeta que, por consenso espontaneo do povo, deu o nome de Chiado á antiga rua da Porta de Santa Catharina ou a parte d'ella.

O povo baptiza melhor do que a camara municipal, porque baptiza com mais acerto, quasi sempre com inteira razão de ser; por isso, nome que elle ponha, péga, fica, perdura.

E, não obstante a camara municipal mudar em 1880 o nome á rua, de *Chiado* para *Garrett*, o povo não quiz saber de reviravoltas de

letreiros nas esquinas: continua a chamar-lhe *Chiado*; *Chiado* é que é, porque o povo quer que seja assim.

As novas descobertas que hoje tiro a lume sobre a vida azevieira do poeta Chiado, aneddotas passadas entre o povo e com o povo, das quaes resulta que elle foi um bohemio tão acabado e popular no seculo XVI como Bocage o veiu a ser no seculo XVIII, essas novas descobertas, dizia eu, acodem a reforçar a prova, que em documentos colhi, de haver sido elle que celebrizou a rua em que morava e que por esse facto, sem que ninguem o decretasse, mas porque todos assentiram, ficou a alcunha do poeta tradicionalmente ligada á rua como um padrão de celebridade local^[4].

^[4] De todas as ruas de Lisboa o Chiado é a mais cantada e decantada. Na literatura, além de infinitas referencias, tem fornecido o titulo de algumas obras: *Do Chiado a Veneza* por Julio Cesar Machado (1867); *Viagens no Chiado* por Beldemonio (Ed. de Barros Lobo) 1857; *A campanha do Chiado*, scena comica; *Trez ao Chiado*, cançoneta. No principio do anno de 1868 começou a publicar-se em Lisboa um periodico com o titulo *O Chiado*, em formato grande e excellente papel. Teve ephéméra existencia. No nº 5. correspondente a 6 de fevereiro, inseriu um artigo do sr. Brito Rebello sobre o poeta Chiado. D'esse artigo recortamos os seguintes periodos:

«Mas d'onde lhe veiu a alcunha: Eis os eruditos em duvida. A opinião correntia até alguns annos era de que esta lhe proviera da rua onde habitava, que era a parte da subida desde o Espirito Santo, hoje palacio da casa de Barcellinhos, até á rua de S. Francisco (*Ivens*). Ha porém um contra: em monumento ou documento algum anterior ao seculo XVI, se encontra tal designação. É pois mais natural a hypothese do sr. Alberto Pimentel, de que do poeta veiu o nome á rua.»

A hypothese, formulada em 1889, é hoje uma these documentada.

Decoração de capítulo

II

Eu conjecturei em 1889 que--Chiado--era alcunha popular e nao appellido de familia. Hoje possuo provas de ter havido no districto de Evora, d'onde o poeta era natural, uma familia de appellido Chiado, anterior ao poeta.

Bem pode ser que o appellido proviesse de alcunha, no sentido em que a tomei^[5], o que muitas vezes acontece. Mas não ha duvida que já no seculo XV existiam Chiados no baixo Alemtejo.

[5] *Ver Obras do poeta Chiado*, pag. XXVIII a XXX.

Perante D. João II queixaram-se João Lopes Chiado e Francisco Lopes Chiado, ambos eborenses e irmãos, contra a perseguição judicial que lhes moviam Ayres Gamito e Gonçalo d'Elvas, serviçaes d'el-rei.

Por carta regia, datada de Evora, D. João mandou annular-lhes a culpa deixando-os illibados^[6].

[6] Archivo Nacional. Chancellaria de D. João II, liv. 17, fl. 89, v.

No seculo XVI havia em Montemor-o-Novo um Antonio Fernandes Chiado, homem muito pobre, a quem D. João III perdoou o delicto (em 11 de setembro de 1553) de ter caçado perdizes com boiz, contra o que dispunham as Ordenações^[7].

[7] Archivo Nacional. D. João III. Perdões e legitimações, liv, 19, fl. 398, v.

Mas nenhuma d'estas noticias vale tanto como a de ter existido ao tempo do poeta, no anno de 1567, em Lisboa, uma Catharina Dias, «dona viuva», mulher que foi de Gaspar Dias o Chiado, a qual residia «na rua Direita da Porta de Santa Catharina.»

Colhi esta noticia n'um documento authentic^[8].

^[8] Archivo Nacional. *Collegiada de São Julião de Lisboa*, maço unico nº 14. Instrumento lacerado no fim. Transcrevemos apenas o começo, por ser a parte que mais nos interessa:

«Em nome de deus amem sajbam quãtos este estromento de emnouação de prazo e nouo emprazamento vyrem que no Anno do nascymto de nosso senhor Jesus Christo de myll e quinhentos e sesemta e sete Aos tres dias do mes de Junho na cydade de llixboa demtro da parochiall Igreya de sam Gjão estãdo ahy de presente o senhores ljonardo nardez de cyxo (sic) prior da dita Igreya e guomcallo diaz e Jorge Rebejro e pedro ortyz e ffrancisquo de lhãnes beneffytiados em ella todos presentes e lmtaresemtes na dita ygreya e todos juntos e cõgregados por som de campam tãgjda em cabido e cabydo ffazemdo ffazemdo (sic) especyallmente sobre o auto de que abayxo ffara memçam e todos de huã parte e da outra estamdo a esto presente cateryna diaz dona veuua molher que ffoy de gaspar diaz o chyado dalcunha vynhateyro que deus aja e ella vyue hora nesta cidade na Rua derejta da porta de santa cateryna e lloguo por elles senhores pryor e majs beneficiados ffoy dyto que amtre os majs bens e propriades que A dita Sua Igreja pertemce e de que ella esta de pose como derejto senhoryo asy sam huas cassas que estão nesta cydade no topo da callcada de pay de nabays na Rua derejta da porta de santa cateryna as quoajs pessue hora como vtill senhoryo A dyta caterina diaz por as nomear em ellas por segunda pessoa o dito gaspar diaz chyado que nellas hera a primeira pessoa comfforme ao emprazameto que dellas lhe ffoy ffeyto por A dyta Igreya pryor e beneffytiados della e pagua de fforo myl e trezemtos e cimquenta reis em cada num Anno com galljnhas e tudo e com outras majs comdjções e obrigações de seu comtrato, etc.»

Ora ahi se diz textualmente a respeito d'aquella Catharina Dias: «molher que ffoy de gaspar diaz o chyado dalcunha vynhateyro que deus aja.»

A falta de pontuação nos documentos antigos dá origem a muitas escuridades e equívocos. Assim, na phrase que deixamos transcripta, poderiam caber duas interpretações: que Gaspar Dias tinha a alcunha de Chiado ou tinha a alcunha de Vinhateiro. Mas a anteposição do artigo á palavra--Chiado--reforçaria por si mesma a hypothese de ser alcunha, se a não confirmasse plenamente esta passagem que se encontra no texto do documento:

«Aos seys dias do mes de junho de myll e quynhemtos e sesemta e sete Annos na cydade de llixboa Rua derejta da porta de ssamta cateryna nas cassas de caterina diaz *A chiada dalcunha* donna veuua etc.»

Assim, pois, ficamos seguros de que o Gaspar Dias da rua Direita da Porta de Santa Catharina não tinha o appellido de Chiado, como alguns individuos do Alemtejo, mas sim a alcunha, e de que exercia a profissão de «vinhateiro» por ser viticultor ou negociante de vinhos. Bem poderia succeder que os vendesse a retalho na propria casa de residencia, especie de estalagem talvez, onde admittisse hospedes.

N'elle era, portanto, alcunha o que n'outros fôra appellido de familia; mas bem póde haver sido que a origem do appellido no Alemtejo proviesse primitivamente de uma alcunha.

Quanto á significação da palavra *chiado* não ha duvida. Na *Revista Lusitana* VI, 79, encontra-se um estudo intitulado--Dialecto indo-português de Gôa--, auctor monsenhor Sebastião Rodolpho Dalgado (*sic*), no qual estudo se lê: «*Chiado*, astuto, ladino. «Não é porque eu seja mais chiado, mais astuto do que os outros». Do k., sansk *chhadmin*.» Mas, sem recorrermos ao concani, o nosso verbo «chiar» e o seu participio podem dar ideia de um sujeito de «ruidosa» reputação como bargante e dizidor. No Brazil o nome--Camões--tomou a accepção popular de--cego de um olho; e até me

informam--ó sacrilegio!--que lá se diz, por exemplo, «um cavallo camões». O povo tem um grande instinto de generalisação: certos individuos seriam--chiados--por se assimilarem moralmente. Da alcunha proviria talvez o appellido; mas não vale a pena insistir n'este ponto.

O que faz ao nosso proposito é dizer que a Gaspar Dias fôram aforadas pela collegiada de S. Julião umas casas sitas «no topo da calçada de Pai de Nabaes na rua Direita da Porta de Santa Catharina» e que houve renovação do prazo no tempo da viuva, segundo ella requereu e obteve.

A referida calçada é descripta em documentos antigos como sendo--de Payo de Novaes--Pai de Navaes ou--Pai de Nabaes^[9].

[9] «Calçada de Payo de Novaes--Corre a dita Calçada ao principio quasi norte sul e contem seu comprimento desde o Largo da Cruz do Azulejo thé donde volta 173 p. e de Largura 16 p. e voltando corre Leste oeste, e contem thé intestar com a rua do Chiado donde parte o districto do Bayrro 42 p. e de Largura pello leste 42 p. e pello oeste 25 p.». *Tombo da Cidade de Lisboa, Livro 10, Rocio fl. 20.*

O *Mappa de Portugal*, III, 391, diz que a calçada de Payo de Novaes pertencia á freguezia de S. Nicolau.

No livro 8 da *Extremadura* lê-se, fl. 27: «na rua que vem da callçada que vem de pay de nauaaes pera o poço do chãao e parten (as casas) de hũa parte cõ a albergaria dos tanoeiros da outra cõ casas de S. Vicente de Fora etc. e da outra cõ casas dos banhos do espital de dona maria de aboym etc. e com Rua publica». T em a data de 1467.

Na *Lisboa antiga*, de Julio de Castilho, vol. VI, vem um fragmento da planta traçada por José Valentim, e ahi se póde vêr claramente qual era a situação da calçada de Pai de Nabaes em relação á rua Direita da Porta de Santa Catharina.

Planta do Chiado por José Valentim

Por este fragmento, que reproduzimos, reconhece-se que a calçada de Pai de Nabaes ficava ao fundo do Chiado actual, entalada entre o palacio do conde de Valladares e a egreja do Espirito Santo, e que foi do predio ahi situado, onde residira Gaspar Dias, que se alastrou o nome de Chiado para um trecho apenas da rua Direita da Porta de Santa Catharina, conservando esta rua o seu antigo nome desde a Cordoaria Velha^[10] até propriamente á porta de Santa Catharina, isto é, até ao Loreto moderno.

[10] A Cordoaria Velha correspondia á rua de S. Francisco, hoje rua Ivens.

Seria em casa de Catharina Dias a Chiada que o poeta Antonio Ribeiro se hospedou. Não podêmos admittir que fosse o marido d'ella que dêsse o nome á rua, a qual no tempo da viuva ainda tinha a designação antiga e total--de rua Direita da Porta de Santa Catharina.

Pode ser que o poeta recebesse da propria casa de Pai de Nabaes, como seu hospede ou freguez, a alcunha de Chiado, tanto mais que esta alcunha lhe quadrava como astuto e ladino, e que elle, segundo uma accusação de Affonso Alvares, se dava a frequentar lojas de bebidas:

E tu queres ser rufião
e beber como francez.

Pode ser que fosse parente, adherente ou intimo da viuva de Gaspar Dias, e que por parte do povo tambem houvesse malicia em dar ao commensal a alcunha que pertencêra ao marido.

A tradição diz que o poeta morou n'aquella rua e, segundo a maior certeza possivel, parece poder agora ficar assente que foi elle, pela notoriedade de que gosou, devida a suas ribaldarias e veia comica, que deu o nome á rua.

É menos admissível a hypothese de que o poeta, por singular coincidência, fosse um dos Chiados do Alemtejo, apesar de ter nascido no districto de Evora, onde, na cidade capital do districto e na villa de Montemor-o-Novo, existia aquelle appellido. No Alandroal, cêrca de seis leguas ao sul de Evora, ha um *monte* (casa de habitação de uma herdade) que tem o nome de--Chiado^[11]--e um lugar chamado--Chiada. No districto de Faro (Algarve) tambem ha um lugar com a denominação de--Chiado,--como se vê da *Chorographia* de Baptista. Chiado é, pois, um vocabulo do sul. Mas tanto o poeta como seu irmão Jeronymo, tambem poeta, assignavam apenas o appellido--Ribeiro. O que me leva a crêr que Chiado fôra alcunha posta a Antonio Ribeiro, bem assente n'elle, que a merecia; e por ser alcunha a precediam de um artigo.

[11] Situado a dois kilometros da villa. Haverá um seculo pertenciam este *monte* e herdade a um individuo chamado Pedro Gonçalves. Passando de paes a filhos, veio a propriedade a pertencer ao pai do sr. Martins, do Redondo, actual proprietario.

Em resumo: antes do poeta a rua não tinha o nome de Chiado^[12].

[12] Fica, pois, documentalmente contradictada a opinião, tantas vezes repetida, de que o poeta recebeu o nome da rua. Ainda recentemente disse a *Encyclopedia portugueza illustrada*: «Indo para Lisboa (o poeta), foi morar para o Chiado, e d'ahi o ser conhecido por este nome.» É verdade que a mesma *Encyclopedia* tambem diz que o Chiado escreveu varios autos, sendo conhecidos dois: *Auto de Gonçalo Chambão* e *Auto da natural invenção*.» justamente estes dois é que ninguem tem podido vêr. Dos trez que publiquei em 1889, não fala: esses então é que são os desconhecidos!

Decoração de capítulo

III

Já agora seja-me permittida uma divagação, que reputo interessante, a respeito do sitio do Chiado, que o nosso poeta tornou famoso.

Eu disse que a calçada de Pai de Nabaes ficava entalada entre o palacio do conde de Valladares e a igreja do Espirito Santo da Pedreira.

«Da Pedreira», porque os alicerces d'este edificio foram assentes no alto da escarpa, que impendia em tempos remotos sobre um esteiro do Tejo, cidade dentro, e que ainda hoje se deixa adivinhar na enorme differença de nivel que ha entre o fundo do Chiado e a rua do Crucifixo.

A igreja e hospital do Espirito Santo estão actualmente substituidos, no mesmo local, pelo moderno palacio da familia Barcellinhos.

A igreja era muito antiga, pois que no anno de 1279 já tinha sido fundada.

No seculo XVI foi reconstruida com donativos de el-rei D. Manoel e outros bemfeitores. Ficou o templo com trez naves, e tinha uma capella-mór artificiosamente lavrada, obra de muita estimação e riqueza.

O padre Carvalho, na *Chorographia Portuguesa*^[13], dá larga noticia d'esta igreja depois de reconstruida.

^[13] Tomo III, pag. 445 e seguintes.

Junto ao templo, e com serventia para elle, havia o hospital do Santo Espirito, que albergava permanentemente doze pessoas necessitadas, entre as quaes «dez mulheres donzellas ou donas viuvias de boa vida».

A bem dizer, era mais um recolhimento do que um hospital.

E assim foi até o anno de 1672, em que os padres da Congregação do Oratorio, que se tinham instituido alli perto, no sitio das Fangas da Farinha, á rua do Almada, tiveram auctorização para tomar conta do hospital do Santo Espirito, onde passaram a estabelecer-se dois annos depois.

Alli permaneceram os oratorianos, tranquilllos e contentes. Mas por occasião do terremoto de 1755 a egreja e convento arderam, perdendo-se os preciosos haveres d'aquelles padres. A congregação transferiu-se então para o convento das Necessidades, que é hoje palacio real.

Ficaram apenas de pé as paredes dos dois edificios incendiados.

No frontispicio da egreja havia grandes columnas de cantaria, que o leitor ainda hoje pode ver... aonde?

Aonde? Não em outro templo, mas na fachada de um theatro, porque as pedras tambem teem seus fados. Estas transitaram, por caprichoso destino, do sagrado para o profano. Estão agora na frontaria do theatro de D. Maria II; são as mesmas columnas da egreja do Espirito Santo.

O leitor não acreditaria esta noticia, se eu não pudesse comproval-a com um documento authenticico.

Mas posso. Ahi vai o documento, que, por ser curioso, não quero que fique esquecido entre os meus papeis velhos:

«Ministerio do Reino--3.^a Repartição--Havendo Manuel José d'Oliveira, actual proprietario do edificio da supprimida Casa do Espirito Santo da Congregação do Oratorio, cedido as grandes columnas de cantaria e seus capiteis, que ornão o frontispicio d'aquella Igreja, para serem empregadas na fachada do novo theatro nacional, que se projecta fazer; com a condição de que não seja feito á sua custa o descimento e conducção das mesmas columnas: Manda Sua Magestade a Rainha, que o Conselheiro Fiscal das Obras Publicas faça preparar todo o apparelho necessario para aquelle descimento, combinando com o mencionado Manuel José d'Oliveira a occasião e dia em que elle deve ter logar; fazendo depois conduzir as ditas columnas e capiteis para o Arsenal da Marinha, onde achará as ordens necessarias para serem recolhidas e depositadas até que se lhes dê o indicado destino: devendo outrosim o mesmo Conselheiro Fiscal dar todas as providencias para que, tanto no acto do descimento, como no da conducção, não soffram o menor damno as columnas e particularmente os lavrados de seus capiteis. Palacio das Necessidades em 9 de janeiro de 1836. (assignado) *L. M. S. de Albuquerque*».

Pois não é interessante o destino d'estas columnas?

Procurei saber quando foi que entraram em deposito no Arsenal de Marinha, e quando sahiram de lá para o theatro.

Metti de empenho o meu illustre amigo sr. conde de Paço d'Arcos, que gentilmente, como sempre costuma, se interessou pela minha solicitação. Fez-se a pergunta ao Arsenal. Passaram mezes. Não veio resposta. Não era negocio de expediente ordinario; ficou para traz. Pois deixal-o ficar; eu é que vou andando para deante, já aborrecido de esperar.

E agora tornemos ao nosso poeta.

Decoração de capítulo

IV

A popularidade de Antonio Ribeiro o Chiado proveiu não tanto da sua veia poetica, aliás muito apreciada pelos entendidos, como das suas repetidas tunantadas, de que o povo tinha directo conhecimento, porque as presencava em plena rua.

Era entre o povo, entre as classes humildes de que elle provinha, porque lá diz Affonso Alvares no proposito de deprimil-o

Nasceste de regateira
e teu pai lançava solas;

era entre a arraya miuda que o Chiado localizava o theatro das suas façanhas picarescas, dos seus feitos esturdios, das suas «partidas» e «piadas», como hoje dizemos.

Um códice do Archivo Nacional, de que só agora tive conhecimento, revela algumas das suas estroinices e chalaças, que não ficam a dever nada ás mais gaiatas e desbragadas de Bocage.

O codice a que me refiro tem o n.º 1817 e o titulo--*Diversas historias e ditos facetos a diversos propositos*.

É uma interessante collecção de anedotas, que deve ser anterior ao anno de 1617 e pertenceu á livraria do mosteiro de S. Vicente.

Vamos passar em revista as paginas que n'essa miscellanea dizem respeito ao Chiado; e, onde fôr preciso, lançaremos um véo por decencia sobre as anedotas que entrarem no dominio da pornographia.

É claro que a palavra--véo--não promette mais do que um anteparo diáphano.

Quiz o poeta comprar a uma regateira um peixe de estimação. Offereceu-lhe apenas 7 réis e meio. Volveu-lhe a regateira por escarneo:

--Tomal-o-heis com um trapo quente.

N'esta resposta havia tanto desdem, que picou fundo o Chiado; certamente elle se teria doído menos de uma descompostura destemperada, como aquellas que as peixeiras de Lisboa não precisam ensaiar-se para desfechar na cara de toda a gente. Mas a ironia, o desprezo da réplica, abespinhou-o; suggeriu-lhe um plano de vingança, que logo poz em execução.

Disfarçadamente aproximou-se do fogareiro de alguma assadeira de castanhas ou quejando mister. Aqueceu um trapo, o primeiro que se lhe deparou, e apossou-se violentamente do peixe, empregando o trapo na tomada.

Escarcéo da peixeira, que se dizia roubada. Agglomeração de povo, que ria do caso exaltando a astucia do Chiado. Appêllo dos dois contendores para a justiça, visto faltar ainda n'esse tempo o *bureau* policial da Parreirinha.

A varina fez a sua queixa. Chiado ponderou a circumstancia de se haver apoderado do peixe com um trapo quente, condição imposta pela peixeira. Decisão da justiça: que o poeta pagasse os 7 réis e meio que offerecera, e ficasse com o peixe, pois que a condição do trapo havia sido satisfeita, ficando salva a fé do contrato.

Era o Chiado ainda frade franciscano--porque depois despiu o habito por indisciplina ou lh'o despiram por castigo--e começou a embirrar uma vez com o magro caldo de lentilhas, que lhe deram no refeitório.

Vai isto de accôrdo com a proverbial pobreza dos franciscanos.

Remexendo no caldo, não encontrou mais que uma lentilha. Pareceu-lhe pouco nutritivo o singular, e começou a despir-se, como se quizesse atirar-se a um charco. Reprehenderam-n'o com estranheza. Elle explicou: que tinha visto apenas um legume no fundo da tigela e que o queria tomar de mergulho.

D'outra vez--e aqui vai ser preciso o véo--apostou que em pleno Terreiro do Paço, entre um grupo de dez ou doze picões (arruadores) que alli estanceavam, era capaz de improvisar um *water closet*, sem que elles protestassem.

Fingiu-se acossado pela justiça e, correndo direito aos faias (como hoje diríamos) pediu-lhes que fizessem roda para o livrar de ser preso. Cahiram no langará, elles, e cerraram-se em parede, de modo que o supposto fugitivo não pudesse ser visto. Passado algum tempo, o Chiado parte agradecendo, e só depois foi que, pelo olfacto ou pelos olhos, os logrados reconheceram o logro.

Não havia aposta bréjeira que lhe não propozessem, e que elle não acceitasse.

Se seria capaz de açoitar um vinagreiro que ia passando com dois ôdres sobre a mula? Que sim. Dito e feito. Acercou-se do vinagreiro e disse-lhe que desatasse um dos ôdres, pois queria provar o vinagre. Tomou um bochecho e fez cara de não achar bom. Exigiu provar do outro ôdre, segurando elle proprio no que já estava desatado. De repente finge vêr alguém ao longe ou querer acudir de prompto a qualquer incidente. Passa o ôdre ao vinagreiro, que ficou com um em cada mão, ambos desatados. E então começa a açoitar o pobre homem, que não poderia defender-se sem deixar perder o vinagre.

Conchavou-se o Chiado com outros tunantes da força d'elle para engarampar um villão, que veiu a Lisboa comprar trigo. Disse-lhe que se queria trigo bom o não podia achar melhor que o de um seu irmão, em certa nau que estava á descarga; que fosse a bordo compral-o, mas que para não sujar o sombreiro e a capa lh'os deixasse alli no caes, onde o ficaria esperando. O villão pagou logo sete tostões pelo trigo, e deu a capa e o sombreiro a guardar. Foi a bordo, em cabelo e corpo bem feito. Mas disseram-lhe lá que não tinham commissario em terra, e que só faziam negocio com dinheiro na palma da mão. Voltou o homem ao caes, e já não viu o Chiado; encontrou, porém, os outros guilhotes, os quaes lhe deram uma carta de quitação que o Chiado deixára para o parocho do basbaque, explicando tudo. Ora a carta dizia:

João Pires do Outeiro
Me deu a capa e o sombreiro,
Sete tostões em dinheiro,
E mais me dera
Se mais tivera.

Não tendo que jantar um dia, lobrigou certo mancebo a comprar peixe na Ribeira. Chegou-se a elle, dizendo ser grande amigo de seu pai. Sob esta côr o convidou a jantar. Foram os dois, mano a mano, para o local que o Chiado indicou. Ahi, disse lhe que poizasse o peixe, que logo se cozinharía, e que fôsse buscar qualquer tempêro que faltava. Quando o ingênuo moço tornou, já não viu o Chiado nem o peixe.

D'outra vez chamou um polhastro e industriou-o a fingir-se vendilhão, levando no fundo de uma panela excremento humano. O rapazola apregoava, como o Chiado lhe ensinou: «Quem merca isto?» Alguns curiosos queriam ver o que era para comprar. E, reconhecendo a mercadoria, diziam por claro o nome que se lhe dá. O polhastro respondia enfadado: «Pois não é outra cousa.»

Vem agora uma anedocta geralmente attribuida a Bocage, mas que não póde ser sua, pois que o manuscripto d'onde a tomamos é anterior a 1617 e portanto quasi seculo e meio anterior ao nascimento de Bocage.

Entraram ratoneiros em casa do Chiado, e levaram-lhe o melhor que tinha. Elle viu-os a tempo de poder gritar por soccorro; mas, em vez de bradar, poz ás costas o refugio que lhe deixaram e foi-os seguindo derreado sob a carga. Os gatunos, espantados, fizeram alto e perguntaram-lhe para onde ia. O Chiado respondeu tranquilamente: «Venho vêr para onde nos mudamos.» Com o que desarmou a audacia dos amigos do alheio que, rendidos á chalaça, lhe restituiram o bom que levavam.

Quando alguém queria engendrar uma bréjeirice, ia ter com o Chiado, que era padre-mestre na materia.

Por isso o consultaram certos vaganaus sobre a «partida» que deveriam fazer a um mulato fôrro que andava por Lisboa, e a quem tinham asca por ser valentão e soberbão.

Aconselhou os o Chiado a que, logo que entrasse alguma nau ingleza, lhe dessem aviso.

Chegou a occasião, veio um navio inglez e o Chiado, fingindo-se fidalgo, foi a bordo com alguns d'aquelles tunantes, que dizia seus criados.

Propoz ao capitão da nau que lhe comprasse um escravo mulato, que era robusto para o trabalho do mar, mas que não podia amansar em terra.

Fez-se o ajuste, sob condição de que o escravo iria á mostra.

Os outros picões levaram-n'o a bordo, e como agradasse aos inglezes, logo receberam d'elles o preço que fôra combinado.

Protestou o mulato não ser captivo, mas não foi acreditado, visto terem-lhe posto fama de soberbão. Quiz reagir á viva força, mas lançaram-lhe ferros, visto saberem n'o valente. E teria ido mar em fóra, como escravo, se a justiça, informada da occorrenciã, o não fosse libertar a bordo, obrigando os vaganaus a restituir o dinheiro recebido dos inglezes.

Não houve mais nenhum outro procedimento da justiça contra o inventor e executores d'esta tunantada, que aos proprios magistrados pareceu graciosa.

O Chiado sahiu incolume, porque foram os socios que pagaram por elle, e porque a justiça prohibiu ao mulato que tirasse qualquer desfórã.

Palavras textuaes do manuscripto: «...com pena de morte ao negro, que sobre aquella graça com o Chiado não entendesse, pois fôra tão bem achada a graça.»

Tal era a cotação da jocosidade do poeta, que até a justiça se lhe rendia; a natureza dera ao nosso bohemio todos os predicados de gracioso, incluindo a facilidade de imitar simultaneamente as vozes de muitas pessoas^[14].

[14] «Parece que era ventriloquo, porque imitava ao mesmo tempo as vozes de differentes pessoas.» *Dic. Popular*, vol. IV, pag 268.

Tinha o Chiado em casa um pote onde fazia os despejos. Um dia lembrou-se de lhe pôr um tampão e embreal-o exteriormente no bocal e no bojo, de modo a parecer vasilha para exportar. Chamando depois quatro mariolas, encommendou-lhes que levassem aquelle pote de conservas á Ribeira, que o queria embarcar, e que esperassem lá por elle para lhes pagar o frete.

Como o Chiado não tornasse a apparecer, foram os carrejões avisar a justiça e requerer que lhes entregasse o pote por indemnisação de

seu trabalho.

Sendo-lhes entregue como cousa perdida, destaparam-n'o «e mettendo a mão dentro--diz o manuscripto--acharam-se com a conserva que não imaginavam, e logo viram que fôra lanço do Chiado.»

Logo viram que fôra lanço do Chiado: esta phrase testemunha quanto era fecunda e inventiva em chistes e logros a imaginação do famoso bohemio do seculo XVI.

Conheciam-n'o pelo dedo--como gigantesco entre os mais preeminentes foliões do seu tempo.

Para concluir o extracto do manuscripto, que nos fornece todas estas anedotas, resta dizer que passando o Chiado pela porta da Sé viu um grupo de muchachos e, dando-lhes attenção, ouviu-os dizer:

--Eu tomára ser bispo.

--Eu tomára ser pápa.

--Eu tomára ser rei.

O Chiado, acercando-se d'elles, interpellou-os dizendo:

--E sabeis vós o que eu tomára ser?

--?...

--Tomára ser melão para me beijardes... no sitio em que se beijam os melões.

Com a differença que elle falou mais claro do que eu.

Aqui terminam os elementos anecdoticos fornecidos pelo manuscripto para a reconstituição da biographia picaresca do poeta Chiado.

Mas estes, que já não são poucos, bastam a egualar o Chiado com Bocage em materia de bréjeirices e tunantarias.

Decoração de capítulo

V

Entre as produções literarias de Chiado, que eu não pude encontrar em 1889, havia uma, que, pouco tempo depois, veio casualmente ao meu encontro.

Era aquella que o abbade Barbosa designa d'este modo na *Bibliotheca Lusitana*:

«Carta que escreveu de Lisboa a Coimbra da entrada do bispo D. João Soares, em Lisboa, quando foi á raia pela princeza. É jocosa, e se conservava na bibliotheca do cardeal de Sousa».

Achei-a em copia n'uma miscellanea, que pertenceu ao convento da Graça, de Lisboa, e que eu comprei ao Rodrigues do Pote das Almas por dez tostões. Se exceptuarmos a carta de Chiado, a miscellanea vale pouco. Mas eu, folheando-a, li o titulo da carta, passei-a rapidamente pela vista, reconheci que o texto concordava com o titulo, e adquiri logo o livro, que o Rodrigues teria vendido mais caro se pudesse adivinhar a razão por que eu o comprava.

D'isso era elle capaz, Deus lhe fale na alma.

Antes de transcrever a carta que o Chiado escreveu a um seu amigo de Coimbra, preciso esclarecer o leitor sobre o assumpto que a inspirou e o momento em que foi escripta.

O mallogrado principe D. João, filho de D. João III, desposou sua prima a linda princeza D. Joanna de Castella, que veio a ser mãe de

D. Sebastião o *Desejado*.

A princeza entrou em Portugal no fim de novembro de 1553^[15].

^[15] Francisco de Andrade diz que foi em 1552; Pedro de Mariz que foi em 1554. Mas a carta de Chiado, que merece fé por ser um documento da época, fixa o anno de 1553.

El-rei mandou que fossem buscal-a á fronteira D. João de Lencastre, duque de Aveiro, e o bispo de Coimbra D. Frei João Soares, os quaes se fizeram acompanhar de pessoas de categoria, entre as quaes D. Affonso de Lencastre e D. Luiz de Lencastre, irmãos do duque de Aveiro.

Na fronteira, D. Diogo Lopes Pacheco, duque de Escalona, e D. Pedro da Costa, bispo de Osma, fizeram entrega da princeza aos embaixadores portuguezes.

D. Joanna entrou por Elvas, e d'ahi, após breve demora, seguiu em jornadas até ao Barreiro, onde D. João III a foi esperar para acompanhá-la a Lisboa.

O professor Manuel Bento de Sousa poz em relevo a fatalidade pathologica que desde o berço condemnou D. Sebastião aos desatinos que veiu a praticar em detrimento e ruina do paiz.

«D. Sebastião, diz o illustre e fallecido professor, é pela mãe neto de um epileptico^[16], e a accumulção da hereditariedade morbida verificou-se sem perturbação.

«Sua mãe é filha de epileptico e neta de doidos^[17], sua avó é irmã do mesmo epileptico e filha dos mesmos doidos, sua bisavó é irmã e filha do mesmo epileptico e dos mesmos doidos. Seu avô, por consequencia, é neto de doidos, e seu pae é bisneto dos mesmos doidos.

«Como exemplo de nevropathia accumulada por herança não ha
melhor^[18]!»

[16] O imperador Carlos V.

[17] Joanna a *Doida* e Filippe I, leviano, perdulario, incapaz de governar.

[18] *O Doutor Minerva*, pag. 198.

Sobre a inconveniencia physiologica dos casamentos consanguineos, repetidos de geração em geração entre as casas reaes de Portugal e Hespanha, vieram accumular-se, pelo enlace do principe D. João com a princeza D. Joanna, as taras hereditarias da epilepsia e da loucura que os dois desposados, primos co-irmãos, tinham recebido dos seus proximos ascendentes communs.

A mãe de D. Sebastião deu provas de uma exaltada hysteria, com allucinações pavorosas, durante o periodo da gravidez.

Este casamento precipitou a morte do principe D. João e aggravou as taras da princeza D. Joanna.

Eram duas creanças, ella de 18 annos^[19] elle de 16^[20], doentes dos mesmos vicios constitucionaes, e apaixonados um pelo outro. Não conheceram limites ás suas relações amorosas, entregaram-se a uma «demasiada communicação» dilacerando-se carinhosamente em extremos de prazer insaciavel.

[19] D. Joanna tinha nascido a 23 de junho de 1535.

[20] D. João nasceu em Evora a 3 de junho de 1537.

O principe ardia n'um fogo de voluptuosidade, que o devorou prematuramente. Foi preciso separal-o da princeza, mas já era tarde. Estava perdido na flor dos annos.

Os medicos d'aquella epocha classificaram a doença de--paixão hebetica. Os chronistas explicam que o enfermo sentia uma sêde devoradora; e D. Manuel de Menezes, na chronica que lhe é attribuida, filia esse phenomeno pathologico no desregramento dos prazeres carnaes.

Ora o hebetismo--segundo a medicina do nosso tempo--é um estado morbido, que inutiliza as faculdades intellectuaes, sem comtudo inutilizar a acção dos sentidos: uma especie de embrutecimento devido a commoção cerebral^[21].

^[21] *Dict. de medicine*, segundo o plano de Nysten, refundido por Littré e Robin.

Assim devia ser, pois que o principe D. João precipitára a crise dos seus males hereditarios com um exgotamento nervoso.

Mas a--sêde devoradora--*polydipsia*, é um symptoma da diabetes saccharina, que anda muitas vezes ligada ás nevroses e, principalmente, á epilepsia.

Não repugna acreditar que a sêde exagerada e continua, que abrazava o principe, derivasse d'esse conjuncto pathologico recebido por herança e aggravado por excessos.

E que os chronistas não empregavam a palavra sêde em sentido figurado, vê-se d'estas palavras da chronica attribuida a D. Manuel de Menezes: «mas elle (o principe) perseguido da sêde levantou-se uma manhã da cama a beber agua da chuva, que achou empoçada ao pé de uma janella, por descuido dos que lhe assistiam, que então o deixaram só, e sendo muita, e choca, fez-lhe muito mais mal, e logo empeiorou, e morreu no dia seguinte».

A princeza, excitada pelas sensações amorosas e pelos sobresaltos da gravidez, redobrou de hysterismos, teve allucinadas visões, pavores imaginarios, de que ficou noticia.

Na véspera do príncipe cair doente, estando elle a dormir, julgou ella vêr, á luz da tocha que allumiava a camara conjugal, surgir uma figura de mulher vestida de luto, com larga touca, a qual mulher, crescendo em vulto, ameaçadora, fez estrincar os dedos e, após um assopro que parecia o halito quente d'uma fêra, desapareceu.

A princeza ficou n'uma grande perturbação de terror, julgando verdadeira a visão, e interpretou-a no sentido de que o assopro annunciava que todas as suas esperanças haviam de desfazer-se em vento.

Quanto ao trinco com os dedos não interpretou coisa nenhuma ou as chronicas o não dizem.

Tendo fallecido o príncipe D. João^[22] sem que a princeza o soubesse ao certo, posto o suspeitasse, e já nas vésperas do parto, as damas que acompanhavam D. Joanna quizeram leval-a a esparecer na Varanda da Pella, do Paço da Ribeira,

[22] O príncipe falleceu em terça feira 2 de janeiro de 1554, dezoito dias antes do parto da princeza.

O palacio dos príncipes era o de Alvaro Peres de Andrade, junto ao Arco dos Pregos, mas communicava interiormente com o palacio real.

A princeza, profundamente abatida, deixou-se conduzir. A noite e o silencio favoreceram ainda d'esta vez o terror, sempre contagioso, mórmemente entre as impressionaveis damas, que os tristes acontecimentos da côrte traziam sobressaltadas.

Bastaria, portanto, que a princeza tivesse uma visão, para que logo fossem igualmente suggestionadas as suas damas, portuguezas e castelhanas.

Assim, pois, todas julgaram vêr sahir pela Varanda d'El-rei, direitos ao Forte^[23], muitos homens vestidos á moirisca, com fatos de

variegadas cores, agitando tochas accêsas e soltando repetidas vozes de--*Ly, ly, ly*. Eira uma especie de dança macabra, em que os moiros revoluteavam, despedindo clarões e gritos; e quando a chorea, percorrendo a Varanda, chegava ao Forte, os moiros precipitavam-se ao Tejo, deixando no silencio da noite uma atmosphaera soturna de terror e mysterio.

[23] O Forte, nome que depois conservou o torreão mandado construir por Filippe II, rematava sobre o Tejo, uma vasta galeria com terraço, a meio do qual se erguia uma torre ameçada.

As damas fizeram decerto alarma. Acudiria gente do Paço, que não soube explicar a apparição sinistra dos moiros. Reconheceu-se que as portas estavam fechadas; que o ingresso de estranhos era impossivel. Então cresceria o pavor, e com elle a predisposição para repetir-se a visualidade no mesmo local e nas mesmas condições.

Foi o que aconteceu. Poucos dias depois tornou a princeza á Varanda da Pella, fez algum exercicio passeiando; depois sentou-se a uma das janellas e então se lhe renovou a visão dos moiros, com os mesmos trajés, as mesmas tochas, os mesmos gritos--na mesma farandola sinistra.

A princeza e as suas damas fugiram espavoridas sob a mesma suggestão, pelo contagio do terror. Todas «tinham visto» segunda vez os moiros. Lembra-nos, por analogia, um facto que Renan refere nos *Apostolos*. Entre os protestantes perseguidos correu voz de que, nas ruinas de um templo destruido recentemente, se ouviam psalmos cantados pelos anjos; tanto bastou para que todos os protestantes que se aproximavam d'aquellas ruinas, ouvissem os psalmos.

O rei e a rainha, informados do que se passava, recommendaram segredo.

Convinha não excitar mais a superstição popular, que já estava muito exaltada por varios factos anteriores, taes como o desacato

praticado por um inglez, logo depois do casamento do principe na capella do Paço; e a apparição de um meteóro luminoso que todas as noites era visivel em Lisboa, quasi em cima da Sé, e parecia tomar a fórma de um athaúde.

Dos nove filhos legitimos de D. João III ficára apenas um, o principe D. João, e o povo já sabia que elle tinha morrido tambem, posto se occultasse a sua morte.

Se o parto da princeza se mallograsse, acabar-se-ia a successão directa. Portugal perderia a sua independencia, não porque el-rei não tivesse irmãos, que poderiam succeder-lhe no throno, mas porque pelo contrato de casamento da princeza D. Maria, filha de D. João III, com Filippe II, a corôa portugueza passaria para D. Carlos, filho d'aquella princeza.

Por isso o povo, cuidadoso de ver garantida a independencia do reino, «desejava» que a princeza D. Joanna desse á luz um filho varão.

O arcebispo de Lisboa ordenára uma procissão de préces, que se effectuaria logo que a princeza começasse a sentir as dores do parto.

Pela meia noite de 19 a 20 de janeiro^[24] de 1554, quando os sinos dos conventos tocavam a matinas, houve rebate de que a princeza experimentava os primeiros symptomas do parto. Logo se organizou a procissão, que sahiu da Sé para S. Domingos. Rompia a manhã quando a procissão ia recolhendo á Sé e então se espalhou «a nova feliz de ter nascido o *desejado*^[25].»

[24] Dia de S. Sebastião, motivo por que recebeu este nome o herdeiro da coroa.

[25] *Portugal cuidadoso e lastimado*, pag. 2.

Desejado foi em verdade D. Sebastião, e duas vezes o foi, antes de ter nascido e depois de ter morrido.

Em taes circumstancias, o nascimento do herdeiro da corôa teve a importancia de um acontecimento nacional, que profundamente interessou a alma popular. Não foi apenas um regosijo privativo da familia real ou da côrte, como acontece sempre que nasce «mais um» principe. Aquelle que tinha nascido era «o unico» fiador possivel da autonomia de Portugal: por isso tal acontecimento poz em jogo o brio, o orgulho, o amor patrio de todos os portuguezes.

Antes do parto, organizam-se devoções propiciatorias, em que o povo se mistura com o alto clero, fundindo suas preces.

Em Santarem até as creanças effectuam procissões nocturnas, piedosa pratica infantil, que foi muito nossa, e que apparecia sempre nas grandes crises nacionaes, revestindo um gracioso character de ingenuidade religiosa e de fé simples.

Eram procissões minúsculas, com pequenos andores, pequenas lanternas, sendo o prestito constituido por homensinhos lilliputianos, rapazes da rua, creanças do povo, que iam entoando ladainhas e psalmos numa unisonancia de vozes ainda debeis e esganiçadas.

É peculiar á infancia o espirito de imitação, maiormente entre as classes populares. Nos filhos do povo encontram sempre écco os acontecimentos que tomam maior relevo na vida da nação. Dir-se-ia que por viverem na rua são mais depressa sacudidos pela opinião publica do que os filhos dos nobres. Por isso são as creanças da arraya miuda que propagam, inconscientemente, as canções politicas, os hymnos revolucionarios, e que muitas vezes se encarregam de fazer a critica e inventar a parodia dos negocios do Estado e dos mais ruidosos conflictos da administração publica.

As procissões infantis duraram seculos. Viram-n'as os contemporaneos de D. João III. Viu-as Filinto Elysio, que nos descreve uma que todos os annos, pela quaresma, vinha da Ajuda exhibir nas ruas de Lisboa muitos «Senhorsinhos dos Passos»

allumiados com rolinhos de cêra. Vi-as ainda eu na minha infancia, que passei n'aquella devota, patriotica e antiga cidade do Porto.

Foi bom termos tido occasião de falar do povo, pois que tomando por assumpto uma celebridade das ruas, como era o poeta Chiado, já se ia alongando de mais a narrativa sobre a vida da côrte, sem pausa nem fôlego, que dêsse tempo a pensar em quem vegeta no infimo grau da escala social--tal como no fundo de um poço escuro o musgo rasteiro.

Podemos agora tornar á côrte. D. João III, para não lançar maior perturbação nos espiritos, já muito apprehensivos e agitados, ordenou, pois, que se não divulgasse a visão da princeza na Varanda da Pella.

El-rei, receioso do futuro, sentia o peso de todas as suas responsabilidades politicas, que eram enormes desde que, por um imprudente contrato de casamento, a independencia do reino ficava suspensa do nascimento de um successor varão.

Mas o que D. João III não podia prohibir era que a princeza D. Joanna continuasse a ter visões, que aliás se repetiram.

Uma noite, na sua camara, tornou a princeza a vêr os moiros, que entravam e sahiam em tropel. Cahiu logo desmaiada no regaço de uma dama, e nem essa nem as outras receberam a suggestão, porque a princeza não teve tempo de falar.

Pareceu a todas que apenas seria uma syncope propria da gravidez; mas depois, explicado o caso, apurou-se que ainda mais uma vez tinham «apparecido» os moiros.

A crença popular relaciona sempre o maravilhoso com a vida das altas personagens e a realização dos grandes acontecimentos historicos. É um fundo de superstição commum a todos os povos. Assim, entre nós, encontrou-se uma relação sobrenatural entre a visão dos moiros e a derrota de D. Sebastião em Alcacerquibir.

Que a princeza D. Joanna tivesse allucinações e visualidades pavorosas, cabalmente o pode explicar a medicina; que os phantasmas que ella julgava ver, fossem moiros, basta que o diga a lenda, urdida *a posteriore*, depois da perda de D. Sebastião em Africa.

De outras visões falam ainda as chronicas, todas n'um sentido lugubre e presago, como era proprio do estado morbido da princeza e das suas condições physiologicas.

Accordava de noite em sobresalto, queixando-se de não ver nada, de ter ouvido estrondos mysteriosos, vozes afflictivas, taes como suspiros maguados, gemidos cortantes.

No leito de dois doentes foi gerado um filho doentissimo, cuja cabeça, por desgraça nossa, havia de cingir a corôa de Portugal.

Depois do parto, o hysterismo da princeza tornou-se essencialmente mystico, tanto em Portugal como em Castella, para onde voltou.

Contribuiram para esta evolução, aliás naturalissima em taes circumstancias, as relações de D. Joanna com o padre Francisco de Borja, primeiro em Lisboa, depois em Madrid. Essas relações, por demasiado assiduas, chegaram a tornar-se suspeitas; e Francisco de Borja, que se retirou para Portugal quando a suspeição cresceu, teve de procurar justificar-se n'uma carta que, em 1561, dirigiu do Porto a Filippe II.

D. Joanna fundou em Madrid um convento á imitação do da Madre de Deus, de Lisboa^[26]; é o das *Descalzas Reales*, cuja historia Ricardo Sepulveda traçou n'um dos capitulos da sua interessante obra *Madrid viejo*.

^[26] *Hist. Gen.*, t. III, pag. 559

Tal foi a princeza que o bispo de Coimbra D. Fr. João Soares e o duque de Aveiro foram receber á fronteira do Alemtejo, quando ella

veiu desposar o mallogrado principe D. João^[27].

^[27] D. Joanna morreu com 38 annos, no Escorial, a 7 de setembro de 1573.

Decoração de capítulo

VI

Por que foi que D. João III escolheu, entre todos os prelados portuguezes, o bispo de Coimbra D. Frei João Soares, para ir á fronteira esperar a princeza?

Houve, para isso, razões especiaes.

Frei João, religioso eremita de Santo Agostinho e varão distincto em letras, tinha sido mestre do herdeiro da corôa e de seu irmão D. Filippe^[28], além de ser prégador e confessor de el-rei, o que bastaria a explicar a preferencia.

[28] D. Filippe foi o 6.º filho de D. João III. Pela morte de seus irmãos, chegou a ser jurado herdeiro do reino. Falleceu com seis annos de idade.

Das virtudes que a *Historia genealogica*^[29] attribue a D. Frei João Soares, não se pode falar com tanta segurança como de suas letras; Alexandre Herculano^[30], baseando-se n'umas instrucções de Paulo III, attribue lhe audacia e ambição; vida dissoluta; espirito de rebellião contra a Santa Sé.

[29] Tom. III, pag. 552.

[30] *Da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal.*

É verdade que os diocesanos de Coimbra o estimaram; que os pobres e os necessitados recebiam d'elle esmolas; que favoreceu a Misericordia d'aquella cidade; que doou á respectiva Sé muitos guisamentos, entre os quaes um valioso cális de oiro; e que na

mesma Sé mandou construir a capella do Santissimo, de galante e excellente architectura^[31].

[31] *Noticia historica e descriptiva da Sé Velha de Coimbra*, por A. M. Simões de Castro.

Toda a diocese o pranteou na morte, o que parece mostrar que era mais estimado em Coimbra do que em Roma.

As instrucções de Paulo III, citadas por Herculano, tambem o dão como frade de poucas letras.

Ora isto não é exacto. D Frei João Soares produziu obras varias^[32], em que affirmou competencia doutrinaria e dicção gentil. Como prégador, se a principio não agradou em Portugal, porque discursava em castelhano muito cerrado, pois havia estudado em Salamanca, chegou depois, quando readquiriu o manejo da lingua portugueza, a ter grande fama e clientela. Não se pode exceder o elogio que lhe faz Frei Luiz de Souza: «Foi eminentissimo no ministerio do pulpito; tanto que os maiores pregadores do seu tempo lhe reconheciam a vantagem, e como a segundo Demosthenes o veneravam^[33].»

[32] Veja-se *Dicc. Bib.*, de Innocencio, vol. IV, pag. 38, vol. X, pag. 350.

[33] *Vida de D. Frei Bartholomeu dos Martyres*, liv. II, cap. XVII.

Alem d'estes predicaos literarios, possuia especial graça no dizer, dom natural que não seria o menos attractivo para lhe conquistar sympathias e facilidades na côrte.

D. Frei João Soares nasceu em S. Miguel de Urró, concelho de Arrifana, hoje Penafiel. Parece que pertenceu a uma familia illustre, pois que elle algumas vezes assignou tambem o appellido Albergaria.

Foi deputado do Santo-Officio, e governou a diocese de Coimbra desde 1545 até 1572; como prelado portuguez, assistiu ao concilio de Trento, onde o respeitaram como orador e theologo.

Falleceu com 65 annos de idade a 26 de novembro de 1572. Por humildade quiz ser sepultado no chão, fóra da capella do Santissimo que mandára edificar.

Se algum defeito toma maior vulto na individualidade d'este prelado, é o gosto pela ostentação.

Conta Frei Luiz de Sousa que se apresentou no concilio de Trento com um fausto proprio de principe secular, fazendo-se representar com esplendor e magnificencia notaveis.

«E porque se visse--diz o chronista dominicano--que fôra isto força do estado, mais que de animo vão, passada a occasião do Concilio se poz em caminho de Jerusalem recompensando com a moderação de peregrino voluntaria, as superfluidades de senhor forçadas.»

Talvez que este procedimento fosse determinado por indicação ou censura da Santa Sé, a qual, como já vimos, não lhe era demasiadamente affecta.

A tendencia do prelado conimbricense levava-o effectivamente para a ostentação.

Na commissão que desempenhou com o duque de Aveiro, quando foi á raia de Castella buscar a princeza D. Joanna, já havia pompeado o mesmo esplendor e magnificencia que depois exhibiu no concilio de Trento.

Um manuscripto de Pedro Alvares Nogueira, existente no cartorio do cabido de Coimbra, diz sobre o modo por que o bispo desempenhou aquella commissão: «Levou muita gente de cavallo mui bem concertada, no que gastou muito de sua renda».

A *Chronica* attribuida a D. Manuel de Menezes ainda é mais explicita quando diz:

«Não menos adornado (que o duque de Aveiro) veio o Reverendo Bispo D. Frei João Soares, com grande numero de cavalleiros, nobremente ataviados, conforme o seu estado; e a sua divisa, que trazia nos reposteiros eram suas Armas, e a letra que dizia: *Soli Deo honor et gloria*, e quer dizer: *A honra e gloria se dê somente a Deus*. E isto com muitas trombetas, e charamelas, e outros instrumentos, e cantores para o effeito de tão regia funcção, como convinha».

O chronista Francisco de Andrade afina pelo mesmo diapasão, dizendo:

«O bispo de Coimbra tambem por sua parte se apercebeu para esta jornada com o fausto e apparato, que se requeria para a honra d'este reino, para a auctoridade de sua pessoa, e para o grave negocio para que fôra eleito, porque ajuntou para o acompanhar muita e muito lustrosa gente de cavallo, e os que o acompanhavam a pé tambem iam da mesma maneira, e não lhe faltou então cousa alguma de quantas se uzam, e são importantes e necessarias nos negocios d'esta qualidade, sem perdoar por isso a grandes gastos e despesa».

Apenas uma voz zombeteira se levantou para tirar effeitos comicos do apparato com que o bispo de Coimbra entrou em Lisboa quando se dirigia á raia de Castella.

Apenas um carcaz despejou todas as suas settas, vibradas por adestrada mão, em menoscabo do cortejo que rodeiava o bispo de Coimbra, conde de Arganil, senhor de Coja, alcaide-mór de Avô.

Essa voz foi a de Antonio Ribeiro, o Chiado, cuja carta sobre este assumpto lembra os artigos dos jornaes republicanos de hoje em dia quando procuram amesquinhar a pompa das festas monarchicas.

N'aquelle tempo, não deixou de ser um acto de perigosa audacia a satyra com que o Chiado visou tão alta personagem como era o bispo de Coimbra, em occasião tão solemne para a côrte como era o casamento do principe herdeiro da corôa.

Aggravado o bispo, el-rei o desagruaria contra quem quer que fosse, se elle se queixasse.

Do valimento do prelado conimbricense junto de D. João III não ha que duvidar; bastava a justifical-o a sua qualidade de confessor d'el-rei, e não chega a ser preciso admittir, como se diz nas instrucções de Paulo III, que a pretexto da confissão obtivesse a solução de muitos negocios.

Chiado era, porém, destemido como todos os bohemios e dizidores do seu tempo, incluindo o proprio Camões. E a fortuna ajuda os audazes... pelo menos algumas vezes. Não consta que Chiado fosse molestado por causa d'esta sua satyra em prosa, de que talvez o bispo nem chegasse a ter conhecimento.

Simula o auctor escrever a um seu amigo de Coimbra, visto que lhe diz--«estas novas da entrada do vosso bispo.»

É um artificio literario, para justificar a origem da satyra. Manifestamente, vindo o cortejo de Coimbra, não precisava ninguem d'aquella diocese que lhe dessem novas do modo como vinha organizado. Lá o saberiam perfeitamente ou perfeitamente o poderiam saber.

Tambem, por outro artificio literario, diz o Chiado «que não viu a entrada do bispo em Lisboa». Mas tão minuciosamente a descreve que bem se reconhece ter sido testemunha presencial. D'este modo, abria uma valvula de segurança para o caso de lhe imporem a

responsabilidade da satyra: teria feito obra por informações inexactas.

Claramente se percebe que o Chiado viu a chegada do cortejo plantando-se entre a multidão em alguma rua do transito e chasqueando no meio de um grupo de clientes que lhe admiravam a veia sarcástica.

A sua narração é a de um impressionista, que surpreendeu o espectáculo em flagrante.

E tal homem como o Chiado não poderia estar calado nem indiferente por muito tempo, quando toda a população de Lisboa se alvoroçava para assistir a um acontecimento anormal, muito anunciado e não menos pomposo.

A carta de Chiado é, segundo o moderno falar, uma *charge*; pertence aos dominios da caricatura escripta, que madrugou com os primeiros alvares da nossa literatura, antecipando-se alguns seculos á caricatura desenhada.

Assim é que já no *Cancioneiro da Vaticana* encontramos a seguinte chistosa caricatura de um cavalleiro da idade-média:

caval'agudo que semelha foram,
em cima d'el un velho selegon,
sem estrebeyras e con roto bardon,
nem porta loriga, nem porta lorigon,
nen geolheiras quaes de ferro son,
mays trax perpono roto sen algodon,
e cuberturas d'un velho zarelhon,
lança de pinh'e de bragal o pendon,
e chapel de ferro que x'i lhi mui mal pon;
e sobarçad' un velh' espadarron;
cuytel'a cachas, cintas sen forcilhom,
duas esporas destrás, ca sestras non som,
maça de fusto que lhi pende do arçom.

Etc.

Este fragmento é o avô da caricatura portuguesa nos domínios da literatura.

Vamos vêr como Antonio Ribeiro o Chiado, navegando nas mesmas aguas, caricaturou ao correr da penna a entrada do bispo de Coimbra em Lisboa com todo o seu cortejo de pagens, escudeiros, varletes, azemolas, trombetas, atabales e charamelas.

Diz o documento, tal como se me deparou na miscellanea, que pertenceu á livraria do convento da Graça:

Carta que o Chiado escreveu a um seu amigo da entrada do Bispo de Coimbra em Lisboa, quando veio para ir pela Princeza a Castella que é mãe d'El-Rei D. Sebastião.

Quereis saber quanto póde a importunação, que muito contra minha vontade vos escrevo estas novas da entrada do vosso bispo n'esta cidade, só por cumprir com o que tanto me tendes rogado. Vêde-as em nome de quem quizerdes, que eu não quero senão fallar comvosco.

Deixarei sua estada no Lumiar, que durou tres dias, onde preparou e proveu de sapatos, de pescoços^[34] e atacas^[35] toda a sua gente, que vinham algum tanto damnificados do caminho.

[34] Como quem diz--gargantilhas

[35] Ligas, correias, etc.

N'este tempo foi Sua Senhoria mais nomeado por Lisboa que assada quente^[36] e todos com olhos longos por sua entrada, a qual eu não vi.

Dizem que a 25 de outubro de 553 annos ás tres horas depois do meio dia entrou o vosso bispo, o qual vinha na maneira seguinte, todos de dous em dous, como cachos em redea^[37], sómente as azemolas, se o eram, vinham um cacho por redea:--Primeiramente vinha deante de tudo um villão, por nome Amador Colaço, a quem a natureza negou barbas, o qual foi moço de pé d'este bispo, que a ventura bem casou nessa cidade, em cima de um rocim de meia sela, chapéu branco, vestido preto com peças d'ouro em certos logares, que denunciavam festa, o qual, como se o villão do almocreve, desordenava, tornava atraz e tirava o pé do estribo, que era um madeiro, e pegava-lhe, cousa que lhe fazia mostrar as bragas que o capotim de côr traria coberto de más linguas.

^[36] Allusão ao pregão das castanhas assadas.

^[37] Restea de uvas; isto é, reste de cachos de pendura (Moraes). Reste, corda feita de peças trançadas; v. g. uma reste de alhos, de cebolas, etc.

Quarenta bestas vinham n'esta ordem, suas mataduras cobertas com reposteiros que lá se fizeram. Já sabeis quejandos eram.

No couce vinham duas escolhidas para aquella hora, que traziam cama e cofre, acompanhadas de seis villãos, cada um com sua partezana nas mãos, tão frouxos que os desarmariam sem gafas^[38]; e logo no rabo vinha um estribeiro, que o outro bispo creou, tão triste e descontente que parecia que se arrependera do que accettara.

[38] Sem gafas, o mesmo que--sem esforço, nem violência. Gafa era o gancho com que se puxava a corda da bésta para armal-a.

Nas costas d'estes todos vinham a procissão da gente, onde não faltaram cavallinhos fuscós. Só o sagitario esqueceu.

Vinha deante um molho de trombetas; em vez de virem vermelhas vinham amarellas, e logo os atabaleiros que já não traziam braços.

Os das charamelas, já sabeis que são pão de rala, não puderam mudar cor. Como uns acabavam uns versos, outros começavam, sempre os ouvidos tinham que fazer, como os olhos que vêr. As cavalgaduras d'estes todos eram ossos sem posta de polpa.

Detraz vinham trinta moços da camara, todos almagrados,^[39] os quaes parece que os comprou o bispo por junto e lhes deram as encavalgaduras todas em cima, e de chapéus brancos, como romeiros, e os mais delles com calças e sapatos, sem espadas, gente religiosa, algum tanto no vestir castelhanos, porque quem levava luvas faltavam-lhe as esporas.

[39] Pintados de almagre ou almagra; isto é, de vermelho.

E logo na dita ordem vinham os coimbrãos tão tristes e descontentes, que pareciam que perderam todos suas fazendas. Nomear um por um será muita honra sua e canceira minha e enfadamento vosso; basta que alguns d'elles traziam frenos^[40] de ouro, mas mal pelas mulheres que ficam sem arrecadas, todos em

cavallos de tornas, tirando o chancellor que vinha momo feito, outrosim pagem do arremeção,^[41] que não havia mais no sel'o.^[42]

[40] Freios.

[41] Talvez pagem da lança, porque arremessão (melhor graphia que arremeção) significava, segundo o Dic. da Academia, qualquer arma missiva ou de arremesso, como lança, dardo etc.

[42] Isto é, mais acabado e perfeito.

Inofre Francisco vinha bem acompanhado e bem encavalgado, todos os seus feitos rosmatinhos^[43] e bem encavalgados. A todos pareceu bem; só um senão lhe acharam, que não levava o ferro do arremeção esfolado.

[43] Engalanados. Hoje diríamos--uns palmitos.

O meirinho Gaspar Dias não se achava ahi sem vara, acompanhado de dous beleguins, que lhe foram sempre fieis, um lhe trazia um cabresto com que vinha silhado, o outro lhe trazia uma ferradura que lhe cahiu no campo de Alvalade.

[44]

[44] O Campo Grande actual, com a differença de que n'aquelle tempo era bosque silvestre, muito povoado de rouxinoes, como se vê da *Ulysippo* de Jorge Ferreira de Vasconcellos, quando diz (acto IV, scen. 5.^a): «Vós estaveis mais namorado que um rouxinol de Alvalade.»

Só no reinado de D. Maria I foi que o campo de Alvalade começou a ser transformado em alameda publica.

Os mais, que aqui não vão, traziam tanto que dizer que será nunca acabar. Quando nos virmos ambos, então vos representarei a farça.

Passado este chuveiro d'escudeiros tornou melhor dia, Arthur de Sá e Francisco Pereira, seu irmão, honestos no trajo, confiados na fidalguia. Mas então disseram que trazia Arthur de Sá feita a petição do morgado, perguntando uns aos outros quanto renderia o praso.

E n'isto appareceu Dom João, Bispo Conde, tres pessoas, um só frade, cercado de vinte e tantos villãos, que todos pareciam paes d'orfãos de Jesus, desazados, barbas d'estrigas, todos molares, sem vir entre elles nenhum só duvazio, vestidos em uns alqueceres^[45] brancos e azues, que lhes davam pelos artelhos. O mais que de S. S.^a disseram, não direi eu por não pôr a mão em sagrado.

^[45] Alquice ou alquicer, capa mourisca.

Toda a outra clerezia vinha má com boa, como romãs de Castella, esta ordem levaram todos pela Rua dos que padecem martyrio,^[46] levando nas unhas^[47] o Rocio e toda a Rua Nova^[48] até chegarem ao Terreiro do Paço, donde muitos descavalgaram sem criados, ficando os ginetes tão mansos, que nem as apupadas dos rapazes, nem o rumor da gente teve poder para os fazer rinchar.

^[46] Era a rua que, tomando se por ponto de referencia o Rocio, conduzia ao Campo de Santa Barbara, então chamado *da Forca* (*Lisboa antiga*, 2.^a parte, tomo V, pag. 65 e 78; tomo VI, pag. 65 e 68.) Não quero asseverar que correspondesse á

actual rua direita dos Anjos, porque o Campo da Forca era muito mais vasto então; estendia se desde o sitio dos Anjos até ao actual largo de Arroyos.

[47] Ainda hoje dizemos «na ponta da unha» para designar a maxima velocidade.

[48] A Rua Nova dos Ferros correspondia, approximadamente, á actual rua dos Capellistas. Diz-se que foi mandada construir por el-rei D. Diniz.

El-Rei nosso senhor, com a Rainha e Principe, os esperavam na varanda, onde lhes S. S.^a beijou as mãos e lhe fizeram arrazoados agasalhados. Acabado elle os dous irmãos Sá Pereira fizeram outro tanto e apoz estes, «cabeça em cu, que não fique nenhu». Alvaro Mendes, contador da Universidade, foi por cá.

Acabado o officio, tornou-se Sua Senhoria a seus paços, e ao descer da escada encostado a um pagem, que dizem ser seu sobrinho, o qual fez muito ruins medidas, vinha caiado de novo, trazia umas pontinhas de ouro no capello da capa d'onde nunca tirou o olho, que tão recatado vinha da tezoura.

Ao bispo tornaram a arripiar carreira algum tanto a procissão desfeita, fazendo cada um caminho para suas pousadas, e de maneira os enguliu Lisboa, que nunca mais appareceram nem fizeram moza.

Isto tudo passou na verdade, que m'o disseram homens de respeito. Se mais quizerdes peitae lampreas^[49], que os homens d'essa terra n'isso desenformam todos seus cumprimentos. Nosso Senhor vos dê muita saude e vida e muito

dinheiro, e vos livre d'estas trovoadas que o tiram e gastam.»

[49] Comprai-me, subornai-me com lampreas. Vê-se que sempre tiveram grande fama as lampreas do rio Mondego; e que de Coimbra as mandavam como mimo para outras terras do paiz. Era gentileza vulgar dos conimbricenses. A lamprea cozinhada na famosa estalagem do Paço do Conde foi, em nossos dias, um piteo muito celebrado por estudantes.

Esta carta, que não pudemos encontrar em 1889, não completa ainda o espolio literario do Chiado, porque não tem sido possível encontrar exemplares de outras especies, taes como o *Auto de Gonçalo Chambão*, que, segundo Barbosa, teve nada menos de trez edições.

Mas constitue um achado, que reputei feliz, e que me deixou contente quando se me deparou n'uma epoca em que eu versava com entusiasmo assumptos literarios.

Se hoje dou a lume esta carta de Chiado, foi porque para esse effeito encontrei as maiores facilidades n'uma empresa editora, que se tem assignalado por bons serviços ás letras patrias.

Não é que eu fie do exito d'esta monographia e fique imaginando que hão de acudir a compral-a numerosas legiões de leitores.

Em Portugal só o romance francez tem procura no mercado.

Qualquer outra especie literaria representa um desastre de livraria.

Por haver chegado a esta convicção é que nunca pensei em fazer segunda edição das *Obras do poeta Chiado*, que bem podia ter sido enriquecida com a materia do presente opusculo e com varias correcções que me foram indicadas, sobre a difficil interpretação dos textos, pelos srs. visconde de Castilho, Antonio Francisco Barata e professor Epiphanio.

Mas seria perder tempo, e o tempo é a vida. Esperdiçal-a era desatino. Poupemol-a.

Estou n'este ponto de vista ha muito tempo.

Lisboa, 9 de julho de 1901.

Decoração de Fim de Livro

*** END OF THE PROJECT GUTENBERG EBOOK O POETA
CHIADO ***

Updated editions will replace the previous one—the old editions will be renamed.

Creating the works from print editions not protected by U.S. copyright law means that no one owns a United States copyright in these works, so the Foundation (and you!) can copy and distribute it in the United States without permission and without paying copyright royalties. Special rules, set forth in the General Terms of Use part of this license, apply to copying and distributing Project Gutenberg™ electronic works to protect the PROJECT GUTENBERG™ concept and trademark. Project Gutenberg is a registered trademark, and may not be used if you charge for an eBook, except by following the terms of the trademark license, including paying royalties for use of the Project Gutenberg trademark. If you do not charge anything for copies of this eBook, complying with the trademark license is very easy. You may use this eBook for nearly any purpose such as creation of derivative works, reports, performances and research. Project Gutenberg eBooks may be modified and printed and given away—you may do practically ANYTHING in the United States with eBooks not protected by U.S. copyright law. Redistribution is subject to the trademark license, especially commercial redistribution.

START: FULL LICENSE

THE FULL PROJECT GUTENBERG LICENSE

PLEASE READ THIS BEFORE YOU DISTRIBUTE OR USE THIS
WORK

To protect the Project Gutenberg™ mission of promoting the free distribution of electronic works, by using or distributing this work (or any other work associated in any way with the phrase “Project Gutenberg”), you agree to comply with all the terms of the Full Project Gutenberg™ License available with this file or online at www.gutenberg.org/license.

Section 1. General Terms of Use and Redistributing Project Gutenberg™ electronic works

1.A. By reading or using any part of this Project Gutenberg™ electronic work, you indicate that you have read, understand, agree to and accept all the terms of this license and intellectual property (trademark/copyright) agreement. If you do not agree to abide by all the terms of this agreement, you must cease using and return or destroy all copies of Project Gutenberg™ electronic works in your possession. If you paid a fee for obtaining a copy of or access to a Project Gutenberg™ electronic work and you do not agree to be bound by the terms of this agreement, you may obtain a refund from the person or entity to whom you paid the fee as set forth in paragraph 1.E.8.

1.B. “Project Gutenberg” is a registered trademark. It may only be used on or associated in any way with an electronic work by people who agree to be bound by the terms of this agreement. There are a few things that you can do with most Project Gutenberg™ electronic works even without complying with the full terms of this agreement. See paragraph 1.C below. There are a lot of things you can do with Project Gutenberg™ electronic works if you follow the terms of this

agreement and help preserve free future access to Project Gutenberg™ electronic works. See paragraph 1.E below.

1.C. The Project Gutenberg Literary Archive Foundation (“the Foundation” or PGLAF), owns a compilation copyright in the collection of Project Gutenberg™ electronic works. Nearly all the individual works in the collection are in the public domain in the United States. If an individual work is unprotected by copyright law in the United States and you are located in the United States, we do not claim a right to prevent you from copying, distributing, performing, displaying or creating derivative works based on the work as long as all references to Project Gutenberg are removed. Of course, we hope that you will support the Project Gutenberg™ mission of promoting free access to electronic works by freely sharing Project Gutenberg™ works in compliance with the terms of this agreement for keeping the Project Gutenberg™ name associated with the work. You can easily comply with the terms of this agreement by keeping this work in the same format with its attached full Project Gutenberg™ License when you share it without charge with others.

1.D. The copyright laws of the place where you are located also govern what you can do with this work. Copyright laws in most countries are in a constant state of change. If you are outside the United States, check the laws of your country in addition to the terms of this agreement before downloading, copying, displaying, performing, distributing or creating derivative works based on this work or any other Project Gutenberg™ work. The Foundation makes no representations concerning the copyright status of any work in any country other than the United States.

1.E. Unless you have removed all references to Project Gutenberg:

1.E.1. The following sentence, with active links to, or other immediate access to, the full Project Gutenberg™ License must appear prominently whenever any copy of a Project Gutenberg™ work (any work on which the phrase “Project Gutenberg” appears, or with which the phrase “Project Gutenberg” is associated) is accessed, displayed, performed, viewed, copied or distributed:

This eBook is for the use of anyone anywhere in the United States and most other parts of the world at no cost and with almost no restrictions whatsoever. You may copy it, give it away or re-use it under the terms of the Project Gutenberg License included with this eBook or online at www.gutenberg.org. If you are not located in the United States, you will have to check the laws of the country where you are located before using this eBook.

1.E.2. If an individual Project Gutenberg™ electronic work is derived from texts not protected by U.S. copyright law (does not contain a notice indicating that it is posted with permission of the copyright holder), the work can be copied and distributed to anyone in the United States without paying any fees or charges. If you are redistributing or providing access to a work with the phrase “Project Gutenberg” associated with or appearing on the work, you must comply either with the requirements of paragraphs 1.E.1 through 1.E.7 or obtain permission for the use of the work and the Project Gutenberg™ trademark as set forth in paragraphs 1.E.8 or 1.E.9.

1.E.3. If an individual Project Gutenberg™ electronic work is posted with the permission of the copyright holder, your use and distribution must comply with both paragraphs 1.E.1 through 1.E.7 and any additional terms imposed by the copyright holder. Additional terms will be linked to the Project Gutenberg™ License for all works posted with the permission of the copyright holder found at the beginning of this work.

1.E.4. Do not unlink or detach or remove the full Project Gutenberg™ License terms from this work, or any files containing a part of this work or any other work associated with Project Gutenberg™.

1.E.5. Do not copy, display, perform, distribute or redistribute this electronic work, or any part of this electronic work, without prominently displaying the sentence set forth in paragraph 1.E.1 with active links or immediate access to the full terms of the Project Gutenberg™ License.

1.E.6. You may convert to and distribute this work in any binary, compressed, marked up, nonproprietary or proprietary form,

including any word processing or hypertext form. However, if you provide access to or distribute copies of a Project Gutenberg™ work in a format other than “Plain Vanilla ASCII” or other format used in the official version posted on the official Project Gutenberg™ website (www.gutenberg.org), you must, at no additional cost, fee or expense to the user, provide a copy, a means of exporting a copy, or a means of obtaining a copy upon request, of the work in its original “Plain Vanilla ASCII” or other form. Any alternate format must include the full Project Gutenberg™ License as specified in paragraph 1.E.1.

1.E.7. Do not charge a fee for access to, viewing, displaying, performing, copying or distributing any Project Gutenberg™ works unless you comply with paragraph 1.E.8 or 1.E.9.

1.E.8. You may charge a reasonable fee for copies of or providing access to or distributing Project Gutenberg™ electronic works provided that:

- You pay a royalty fee of 20% of the gross profits you derive from the use of Project Gutenberg™ works calculated using the method you already use to calculate your applicable taxes. The fee is owed to the owner of the Project Gutenberg™ trademark, but he has agreed to donate royalties under this paragraph to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation. Royalty payments must be paid within 60 days following each date on which you prepare (or are legally required to prepare) your periodic tax returns. Royalty payments should be clearly marked as such and sent to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation at the address specified in Section 4, “Information about donations to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation.”
- You provide a full refund of any money paid by a user who notifies you in writing (or by e-mail) within 30 days of receipt that s/he does not agree to the terms of the full Project Gutenberg™ License. You must require such a user to return or destroy all copies of the works possessed in a physical medium and discontinue all use of and all access to other copies of Project Gutenberg™ works.

- • You provide, in accordance with paragraph 1.F.3, a full refund of any money paid for a work or a replacement copy, if a defect in the electronic work is discovered and reported to you within 90 days of receipt of the work.
- • You comply with all other terms of this agreement for free distribution of Project Gutenberg™ works.

1.E.9. If you wish to charge a fee or distribute a Project Gutenberg™ electronic work or group of works on different terms than are set forth in this agreement, you must obtain permission in writing from the Project Gutenberg Literary Archive Foundation, the manager of the Project Gutenberg™ trademark. Contact the Foundation as set forth in Section 3 below.

1.F.

1.F.1. Project Gutenberg volunteers and employees expend considerable effort to identify, do copyright research on, transcribe and proofread works not protected by U.S. copyright law in creating the Project Gutenberg™ collection. Despite these efforts, Project Gutenberg™ electronic works, and the medium on which they may be stored, may contain “Defects,” such as, but not limited to, incomplete, inaccurate or corrupt data, transcription errors, a copyright or other intellectual property infringement, a defective or damaged disk or other medium, a computer virus, or computer codes that damage or cannot be read by your equipment.

1.F.2. LIMITED WARRANTY, DISCLAIMER OF DAMAGES - Except for the “Right of Replacement or Refund” described in paragraph 1.F.3, the Project Gutenberg Literary Archive Foundation, the owner of the Project Gutenberg™ trademark, and any other party distributing a Project Gutenberg™ electronic work under this agreement, disclaim all liability to you for damages, costs and expenses, including legal fees. YOU AGREE THAT YOU HAVE NO REMEDIES FOR NEGLIGENCE, STRICT LIABILITY, BREACH OF WARRANTY OR BREACH OF CONTRACT EXCEPT THOSE PROVIDED IN PARAGRAPH 1.F.3. YOU AGREE THAT THE FOUNDATION, THE TRADEMARK OWNER, AND ANY DISTRIBUTOR UNDER THIS AGREEMENT WILL NOT BE LIABLE TO YOU FOR ACTUAL, DIRECT, INDIRECT, CONSEQUENTIAL,

PUNITIVE OR INCIDENTAL DAMAGES EVEN IF YOU GIVE NOTICE OF THE POSSIBILITY OF SUCH DAMAGE.

1.F.3. LIMITED RIGHT OF REPLACEMENT OR REFUND - If you discover a defect in this electronic work within 90 days of receiving it, you can receive a refund of the money (if any) you paid for it by sending a written explanation to the person you received the work from. If you received the work on a physical medium, you must return the medium with your written explanation. The person or entity that provided you with the defective work may elect to provide a replacement copy in lieu of a refund. If you received the work electronically, the person or entity providing it to you may choose to give you a second opportunity to receive the work electronically in lieu of a refund. If the second copy is also defective, you may demand a refund in writing without further opportunities to fix the problem.

1.F.4. Except for the limited right of replacement or refund set forth in paragraph 1.F.3, this work is provided to you 'AS-IS', WITH NO OTHER WARRANTIES OF ANY KIND, EXPRESS OR IMPLIED, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO WARRANTIES OF MERCHANTABILITY OR FITNESS FOR ANY PURPOSE.

1.F.5. Some states do not allow disclaimers of certain implied warranties or the exclusion or limitation of certain types of damages. If any disclaimer or limitation set forth in this agreement violates the law of the state applicable to this agreement, the agreement shall be interpreted to make the maximum disclaimer or limitation permitted by the applicable state law. The invalidity or unenforceability of any provision of this agreement shall not void the remaining provisions.

1.F.6. INDEMNITY - You agree to indemnify and hold the Foundation, the trademark owner, any agent or employee of the Foundation, anyone providing copies of Project Gutenberg™ electronic works in accordance with this agreement, and any volunteers associated with the production, promotion and distribution of Project Gutenberg™ electronic works, harmless from all liability, costs and expenses, including legal fees, that arise directly or indirectly from any of the following which you do or cause to occur: (a) distribution of this or any Project Gutenberg™ work, (b)

alteration, modification, or additions or deletions to any Project Gutenberg™ work, and (c) any Defect you cause.

Section 2. Information about the Mission of Project Gutenberg™

Project Gutenberg™ is synonymous with the free distribution of electronic works in formats readable by the widest variety of computers including obsolete, old, middle-aged and new computers. It exists because of the efforts of hundreds of volunteers and donations from people in all walks of life.

Volunteers and financial support to provide volunteers with the assistance they need are critical to reaching Project Gutenberg™'s goals and ensuring that the Project Gutenberg™ collection will remain freely available for generations to come. In 2001, the Project Gutenberg Literary Archive Foundation was created to provide a secure and permanent future for Project Gutenberg™ and future generations. To learn more about the Project Gutenberg Literary Archive Foundation and how your efforts and donations can help, see Sections 3 and 4 and the Foundation information page at www.gutenberg.org.

Section 3. Information about the Project Gutenberg Literary Archive Foundation

The Project Gutenberg Literary Archive Foundation is a non-profit 501(c)(3) educational corporation organized under the laws of the state of Mississippi and granted tax exempt status by the Internal Revenue Service. The Foundation's EIN or federal tax identification number is 64-6221541. Contributions to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation are tax deductible to the full extent permitted by U.S. federal laws and your state's laws.

The Foundation's business office is located at 809 North 1500 West, Salt Lake City, UT 84116, (801) 596-1887. Email contact links and up to date contact information can be found at the Foundation's website and official page at www.gutenberg.org/contact

Section 4. Information about Donations to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation

Project Gutenberg™ depends upon and cannot survive without widespread public support and donations to carry out its mission of increasing the number of public domain and licensed works that can be freely distributed in machine-readable form accessible by the

widest array of equipment including outdated equipment. Many small donations (\$1 to \$5,000) are particularly important to maintaining tax exempt status with the IRS.

The Foundation is committed to complying with the laws regulating charities and charitable donations in all 50 states of the United States. Compliance requirements are not uniform and it takes a considerable effort, much paperwork and many fees to meet and keep up with these requirements. We do not solicit donations in locations where we have not received written confirmation of compliance. To SEND DONATIONS or determine the status of compliance for any particular state visit www.gutenberg.org/donate. While we cannot and do not solicit contributions from states where we have not met the solicitation requirements, we know of no prohibition against accepting unsolicited donations from donors in such states who approach us with offers to donate.

International donations are gratefully accepted, but we cannot make any statements concerning tax treatment of donations received from outside the United States. U.S. laws alone swamp our small staff. Please check the Project Gutenberg web pages for current donation methods and addresses. Donations are accepted in a number of other ways including checks, online payments and credit card donations. To donate, please visit: www.gutenberg.org/donate.

Section 5. General Information About Project Gutenberg™ electronic works

Professor Michael S. Hart was the originator of the Project Gutenberg™ concept of a library of electronic works that could be freely shared with anyone. For forty years, he produced and distributed Project Gutenberg™ eBooks with only a loose network of volunteer support.

Project Gutenberg™ eBooks are often created from several printed editions, all of which are confirmed as not protected by copyright in the U.S. unless a copyright notice is included. Thus, we do not necessarily keep eBooks in compliance with any particular paper edition.

Most people start at our website which has the main PG search facility: www.gutenberg.org.

This website includes information about Project Gutenberg™, including how to make donations to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation, how to help produce our new eBooks, and how to subscribe to our email newsletter to hear about new eBooks.